

DETERMINAÇÕES SOCIAIS DO PLANEJAMENTO: ESTADO, EDUCAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO PODER NA OBRA DE KARL MANNHEIM

Maria Irene de Q.F. Szmrecsanyi

(à memória de Marialice M. Foracchi)

RESUMO

As idéias de Mannheim sobre planejamento e educação são aqui analisadas tendo em vista despertar interesse por dimensões sociais pouco explícitas dos planos governamentais no Brasil atual. Enfatizam-se a clara compreensão, por esse autor, da natureza política de ambos os processos e o papel capital que atribui à educação na construção de uma ordem social planejada. Mostra-se que tais idéias derivam de seu agudo senso do momento histórico em que vivia, de uma ampla formação acadêmica comandada por seu interesse pela sociologia do conhecimento e por seu compromisso moral com a defesa da democracia. A crítica às suas posições centra-se sobre ambigüidades metodológicas das mesmas bem como sobre a incapacidade de o autor perceber a contribuição decisiva do conflito à mudança social.

SUMMARY

This article deals with Mannheim's views on planning and education aiming to call attention to underlying social dimensions of governmental plans in nowadays Brazil. It stresses the author clear understanding of the political nature of both processes and the capital role he assigned to education in the construction of a planned social order. It shows that these ideas derived from Mannheim's acute sense of historical moment he was living, from a broad academic background commanded by his interest in the sociology of knowledge, and from his moral compromise with the defense of democracy. Criticism of his positions is centered in their methodological ambiguities as well as in Mannheim's incapability to see the decisive contribution of conflict to social change.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho analisa alguns aspectos da contribuição de Mannheim¹ à teoria do planejamento social, focalizando especificamente as funções aí atribuídas à educação, com o objetivo último de fornecer subsídios à interpretação do sentido da prática educativa do Estado no Brasil atual.

Para o que se pretende, a educação deve ser entendida em sentido amplo², compreendendo não tanto o aprendizado formal realizado em agências institucionalmente definidas como estabelecimentos de ensino, nem tanto a experiência socializadora efetivada nos grupos de convivência, mas, primordialmente, a doutrinação feita no contacto secundário, mediada por meios técnicos e de conteúdos programados, dos quais a TV e o rádio constituem os melhores exemplos.

Sob este prisma a educação aparece como "técnica social", conceito de Mannheim cujo sentido preciso será apresentado logo mais. Adiante-se, porém, tratar-se de manipulação intencional a que não apenas as gerações

1. Os textos de Mannheim utilizados nesta análise encontram-se principalmente em *Man and Society in an Age of Reconstruction* de 1960. Não obstante, os temas aqui debatidos também comparecem nos livros do mesmo autor listados nas Referências Bibliográficas.

2. Utiliza-se aqui, em parte, a definição de educação traçada por Mannheim (1962) no capítulo III de seu livro póstumo, organizado por Stewart, p.12-21. No segundo capítulo da mesma obra o autor distingue o conceito de educação dos de treinamento, instrução e ensino.

mais velhas submetem as mais novas, como queria Durkheim (s.d.), mas também a que os setores dominantes submetem os setores dominados, senão o conjunto, da sociedade, conformando seus esquemas de raciocínio, seus valores, sua motivação, influenciando, assim, sobre sua atuação. Encarando-se a educação deste modo, ficam translúcidas suas implicações políticas: ela é um instrumento pervagante e eficaz, ao dispor das classes e grupos de maior poder social, poder sobretudo sobre o Estado, a ser usado quer para a manutenção do *status quo*, quer para promover e orientar a mudança social.

As transformações econômicas e políticas atravessadas pelo país nas duas últimas décadas, além de terem levado à intensificação do planejamento governamental voltado para as relações econômicas, levaram também a um aprofundamento e a um alargamento da atuação do Estado sobre o processo educacional. Isto ocorreu menos pelo fato de se adaptarem as instituições de ensino às necessidades da expansão capitalista (muito embora esse processo tenha tido considerável importância), do que pelo intuito de se angariarem bases de legitimação do poder. Desta forma, buscou-se obter um grau de conformismo social que possibilitasse e garantisse a perseguição de objetivos políticos e econômicos particularistas daqueles grupos que controlavam o Estado e daquelas frações de classe que sustentavam esse comando.

Embora ao nível do ensino formal a política educacional se apresentasse precária e subalterna dentro dos planos sócio-econômicos do governo, existiu todo um encaminhamento mais amplo e sutil da orientação da educação pelos poderes públicos. Pois, mesmo sem se dispor a mobilizar apoio popular, o Estado teve de promover uma ideologia adequada à defesa de sua forma autocrática e do regime autoritário.

A problemática acima ventilada situa-se em uma das muitas faces da interrelação entre planejamento e ordem social. Isto não significa, contudo, que no estudo dos dois fenômenos — educação e planejamento — seja possível isolá-los do todo histórico-social que lhes dá sentido. Para se explicar a ordem de problemas aventada, torna-se necessário explicitar as condições histórico-estruturais em que se organiza a ação Estatal considerada.

Dentro dessas coordenadas de análise, a contribuição teórica de Mannheim adquire importância decisiva por várias razões. Inicialmente, porque ele foi um dos sociólogos que mais cedo e melhor compreendeu a importância do planejamento — entendido como a regulamentação consciente e construtiva da vida social — para a moderna sociedade capitalista, vendo, inclusive, a necessidade de se pensar as condições sociais de implantação desse processo conforme a experiência histórica de vida democrática da sociedade considerada. Em segundo lugar, porque Mannheim conferiu à educação um papel básico na sua proposta de organização racional da vida em sociedade. Em terceiro lugar, porque ele enfatizou serem os conteúdos educacionais vinculados a posições doutrinárias, a interesses políticos e materiais dos grupos que os selecionam e impõem. E finalmente porque, preocupando-se com as condições do planejamento democrático, Mannheim entendeu que este só poderia ser plenamente conseguido quando estivessem garanti-

dos, a uma variedade de grupos de interesse, canais de expressão, assim como a possibilidade de organizar formas de influenciamento e controle da atuação do Estado.

PLANEJAMENTO DEMOCRÁTICO E EDUCAÇÃO NA TEORIA DE MANNHEIM

a) Pano de fundo³

A idéia e a prática do planejamento surgem historicamente como uma decorrência da crise do liberalismo, seja enquanto sistema econômico, seja enquanto doutrina reguladora das relações político-sociais. Estas origens remontam ao último quarto do século passado quando, de um lado, se configura a superação do capitalismo concorrencial pela centralização de capitais e pelo conseqüente surgimento dos monopólios e, de outro lado, a classe proletária, finalmente organizada, passa não só a atacar a desigualdade de distribuição da renda e o impersonalismo das forças do mercado, como a reivindicar medidas de previdência social.

São, todavia, do início do século atual as práticas sistemáticas de planejamento econômico. A grande empresa monopolista torna-se fonte poderosa de pressão para a regulamentação da vida econômica, como meio de evitar as crises cíclicas e de se garantir um mercado programado⁴. Ao lado disto (ou em decorrência disto), alinha-se a necessidade de as economias nacionais serem ajustadas aos preparativos de guerra e, logo em seguida, à situação de beligerância. Mesmo que ocorra, logo após a Primeira Guerra, uma reação na política econômica dos países capitalistas centrais impregnada da ideologia liberal, a necessidade do planejamento econômico, a necessidade do planejamento é reavivada pela crise de 29/30. Na União Soviética, algo semelhante se passa, dada a urgência de se criar uma economia moderna, altamente industrializada. Ainda nesse momento, torna-se decisivo o desafio da Alemanha nazista que, através de medidas autoritárias, contorna a crise inflacionária e o problema do desemprego.

b) Mannheim ante aos problemas de seus dias

O interesse de Mannheim pelo planejamento revela a extensão e profundidade com que aprendeu os problemas mais decisivos de sua época. Ele morreu em 1947, aos 53 anos, tendo vivido e trabalhado na Alemanha e, depois, na Inglaterra. Pôde, dessa forma, experimentar no plano do cotidiano e observar sob o prisma de duas nações politicamente contrastantes, não só pelo regime vigente, mas também por suas tradições seculares,

3. Briggs, s.d.; Dobb, 1963.

4. Este ponto é desenvolvido em Galbraith, 1967.

as transformações que abalaram valores e instituições sacramentados pelo século XIX. E, de modo especial, aquelas ilusões de progresso espontâneo e contínuo.

A realidade do século XX era a crise econômica, o acirramento da competição internacional, a insegurança social, a descrença na democracia e em outras conquistas político-culturais do passado, a violência, a guerra. Mannheim traduz a preocupação com tudo isto num interesse sobre os efeitos da mudança violenta e contínua sobre a ordem social pois, para ele, esse fenômeno estava pondo em cheque a própria sobrevivência da civilização.

O objetivo que permeia toda a sua obra é o de estabelecer as condições de obtenção do domínio da razão sobre a vida social. Ao centralizar suas reflexões sobre as possibilidades de atuação consciente do homem na construção de sua própria história (Fernandes, 1960; Foracchi, 1960), ele conduz para primeiro plano o problema da sociologia aplicada (Fernandes, 1960). Desta forma, coloca o arsenal metodológico e teórico dessa ciência, bem como sua formação e seus pendores filosóficos, a serviço da busca de novos caminhos para a tarefa que designa "reconstrução social".

Essa reconstrução é pensada como uma reforma, como uma gradual modificação das instituições, dos valores, do próprio homem, de tal modo que nesse processo fique assegurada a integração da herança cultural às inovações necessárias à elaboração de uma nova sociedade. Em decorrência, o conflito de classes é rejeitado enquanto germe ou via de transformação, porque nele o autor capta apenas o caráter destrutivo.

c) A necessidade do planejamento

Mesmo reconhecendo ter valores formados sob o liberalismo⁵, enquanto analista do social Mannheim é levado a constatar a caducidade do individualismo e da competição como princípios organizatórios nas sociedades industrialmente avançadas, e a tendência inevitável das mesmas ao planejamento. E, embora reconheça no planejamento perigos totalitaristas, Mannheim o aponta como solução desejável para a organização das relações sociais em nossa época porque o considera a única alternativa para a preservação da democracia.

Segundo o autor, o planejamento tende a ser o destino das sociedades modernas porque o adensamento em complexidade das relações humanas obriga a medidas de regulamentação e à intensificação dos controles, com vistas ao aumento da previsibilidade dos eventos. Nesse sentido a sociedade avança em direção a uma racionalidade funcional ou formal, ou seja, para o aprimoramento da adequação de meios a fins⁶.

Mas nessas sociedades também estão presentes tendências irracionais poderosas, que só podem ser neutralizadas pelo planejamento. Realizado de modo democrático, ele se torna a via que conduz à crítica dos fins e critérios, permitindo que a orientação da ação se dê pela percepção inteligente, e não emocional das situações.

A maior fonte de irracionalidade nas sociedades industrialmente avançadas seria, segundo ele, o processo

inerente à industrialização, de constituição das massas em elemento decisivo no jogo de forças pelo poder. A participação de grupos cada vez mais amplos nas reivindicações políticas — que em si mesma o autor reputa positiva pois significa um processo de democratização fundamental — na prática é considerada por ele como desastrosa, dado o despreparo intelectual e político, ou ainda ao estado de passividade a que as estruturas sociais têm condenado a maioria⁷. E quando as massas não encontram possibilidades de se organizar e de atuar através de grupos menores, o processo de democratização acaba por submeter a vida social ao império das emoções.

A este primeiro aspecto se acrescenta, conforme Mannheim, a tendência também presente na sociedade moderna, de concentração não só dos meios de produção⁸, como também do conhecimento social, do poder de decidir, das atividades administrativas, dos instrumentos de poder militar (Mannheim, 1960, p.47-49 e 59). A crescente distância entre as elites que detêm esses privilégios e a massa, a incapacidade de o indivíduo comum de perceber o todo social, faria com que, em épocas de transformação e perante momentos de crise, a massa tendesse a agir histericamente e ser vítima fácil de demagogos, outorgando-lhes suas prerrogativas de soberania.

Essas tendências irracionais teriam de ser superadas senão por outras razões pelo menos pelo fato de ser o desequilíbrio entre o rápido avanço tecnológico e o pouco desenvolvimento ético, assim como o atraso no conhecimento das leis que regem a vida social, extremamente ameaçador para a sociedade. Quando as emoções e impulsos primitivos como a agressividade⁹ invadem a esfera das decisões de alcance coletivo, o resultado pode ser a destruição da guerra moderna.

5. "O próprio autor preferiria viver em um período no qual a ordem social e as técnicas de controle não permitissem um grupo de impor sua concepção de "boa vida sobre outro". Mannheim, 1960, p. 6.

6. Mannheim reconhece a influência de Weber sobre seus conceitos de racionalidade. MANNHEIM, 1960. p.52, nota 1.

7. "É a estrutura social que nesse sentido favorece certos grupos e condena outros à passividade, uma vez que atribui a um tarefas que requerem certos atos de reflexão e decisão, enquanto que os outros podem se ajustar à sua posição apenas renunciando a toda compreensão imediata ou iniciativa." Mannheim, 1960. p. 43.

8. Em *Man and Society*, Mannheim (1960) faz algumas referências diretas à concentração de capital como fonte de tensões sociais. Isto não quer dizer que o autor rejeite o capitalismo como sistema econômico-social superado. O sentido de seu livro é o de propor uma reformulação da sociedade em termos de um capitalismo planejado.

9. É patente a absorção pelo autor do conceito de natureza humana de Freud. Mannheim chega a apontar a psicanálise como técnica de condicionamento da personalidade num nível mais profundo que o do comportamento. Mannheim, 1960. cap. 9 da IV parte.

d) O conceito de planejamento

Pode-se perceber que aquilo que Mannheim postula é muito mais do que um planejamento setorial integrado. É a própria experimentação¹⁰ social, organizada consciente e responsabilmente. Como conseguir isto? Antes, todavia, de entrar nessa questão, é preciso distinguir todas as dimensões que o autor confere ao conceito de planejamento¹¹.

A consecução de um objetivo tão amplo como a "reconstrução social" exigiria, de acordo com ele, uma compreensão da vida em sociedade que não pode ser obtida dentro dos esquemas de raciocínio herdados de gerações passadas, de sistemas sociais superados. Por isto, em primeiro lugar, o planejamento é uma nova *forma de pensamento*. Isto é, ele constitui uma forma de compreender a sociedade como um conjunto de esferas (política, econômica, etc.) cada qual dotada de um dinamismo interno próprio mas interligada às demais e, por isso, atuando umas sobre as outras. Assim, a vida social constituiria, no seu todo, uma estrutura multi-dimensional, em fluxo constante (Mannheim, 1960, p. 153). O pensamento planejado não decorre da consideração de planos isolados da realidade social, mas incide sobre as conexões interdependentes da mesma, possibilitando, pois, uma consciência real e total do processo histórico-social. Portanto, significa, também, uma nova capacidade intelectual totalizadora para explicar situações não regulamentadas que perturbam o equilíbrio social" (Foracchi, 1960, p.24).

Em segundo lugar, o planejamento deve ser entendido como um *processo*. Não só no sentido aqui já apontado e tão bem apreendido por Foracchi (Foracchi, 1960, p. 24 e 31), de ser uma tendência presente na sociedade atual. Mas principalmente no sentido de ser uma atuação que se dá através do tempo e que, por melhor elaborada que se inicie, se complementa e se redefine em seu próprio desenvolvimento e em razão de seus próprios efeitos sobre a vida social. Isto pode ser percebido quando Mannheim se refere a "estágios" de desenvolvimento do planejamento e do controle democrático sobre ele.

O planejamento é, ainda, uma forma de *controle social*. Porque, estabelecendo objetivos a serem alcançados e regulamentando os meios através dos quais estes devem ser obtidos, limita a gama de opções e comportamentos abertos aos indivíduos e grupos sociais.

Finalmente, o planejamento é uma *técnica social*. Ou melhor, uma coordenação de técnicas sociais, porque é uma forma centralizada de manipulação, tanto no sentido de ser realizada por uma entidade com poder sobre a sociedade, o Estado¹², como no sentido de atuar sobre pontos nodais da estrutura social.

Enquanto forma de pensamento, o planejamento permite detectar, para cada situação histórico-social concreta, aqueles princípios fundamentais sobre os quais se assenta a organização social (*principia média*). E percebendo a sociedade como um conjunto de esferas engrenadas, que podem ter seu movimento acelerado ou modificado a partir de vários pontos de interconexão, o planejamento permite descobrir focos de atuação

orientada para a mudança de tais princípios institucionais. Ele abre, assim, passagem para uma intervenção no plano estrutural.

Enquanto forma de atuação, o planejamento exerce-se *sobre* as instituições, entendidas como "regras do jogo" ou *principia média*, e através das instituições, entendidas como as organizações sociais incumbidas de preservar tais princípios. Isto se faria pela ingerência nos seus objetivos e nas suas formas de controle.

Mas a tarefa de reconstrução social seria incompleta e, portanto, inconseqüente, se não se propusesse reformar o próprio homem. Daí o planejamento assumir também características de *processo pedagógico*.

e) Educação e reconstrução social

A criação de um "novo homem" é pensada por Mannheim como a elaboração de uma nova personalidade básica. Deixando certa margem à liberdade individual, esse processo teria de gerar certo grau de conformismo, sem o qual o planejamento seria inviável. "Todo aquele que planeja para a liberdade, isto é, que batalha por cidadelas de auto-determinação em uma ordem social regulada, tem, naturalmente, que promover também o necessário conformismo" (Mannheim, 1960, p. 264).

Da perspectiva histórica, pouco de novo haveria nesse encargo. Em todas as épocas, o indivíduo foi moldado pela ordem social. Só que sob o liberalismo sua gama de opções se ampliou, dando margem à ilusão de uma liberdade individual irrestrita. Contudo, a padronização exigida pelo planejamento não deveria ser entendida como destruidora da liberdade e da criatividade humanas, mas significar apenas sua subordinação aos objetivos coletivos. A liberdade não pode ser encarada como um conceito absoluto mas tão somente como aquela historicamente possível. Por isto o planejamento não deve ser confundido com imposição, regulamentação minuciosa ou coerção, tais como as formas de controle social postas em prática por regimes totalitários. O planejamento orienta, conduz ou mesmo persuade, mas não obriga pela força.

¹⁰ Em muitas maneiras somos como o aprendiz de feiticeiro de Goethe. ... No fundo temos medo de assumir a responsabilidade. Mas em períodos em que a mudança se torna muito profunda, não temos poder de decidir se queremos ou não aceitar a responsabilidade, planejar ou não planejar". Mannheim, 1960, p. 239. Isto não quer dizer que tal "experimentação" seja formulada *ex-nihilo*. Partindo dos *principia média*, como se verá a seguir, ela toma elementos historicamente determinados, sendo, portanto, uma reorientação de forças já presentes na sociedade.

¹¹ Esta parte estará orientada também pela síntese de Foracchi, 1960, mesmo que dela divirja em alguns pontos.

¹² No nível proposto por Mannheim o planejamento só pode ser pensado como uma atuação do Estado. Não se confunde, portanto, com o planejamento feito por organismos que lhes sejam subordinados. Mas a proposta de Mannheim deixa margem a cogitações acerca das possibilidades do planejamento por parte de entidades supra-nacionais, atuando através dos Estados.

A educação seria, por isto, sua técnica social por excelência. Em todas as sociedades ela guarda caráter manipulatório, tendendo deliberadamente a conformar certos tipos humanos, ou seja, aqueles adequados à ordem social.

A forma mais evidente do processo educativo é a educação escolar mas não faz sentido encará-lo exclusivamente desse ângulo, uma vez que a escola constitui apenas uma das agências através das quais a sociedade educa.

O papel da escola no planejamento é de relevo pois, ao lado de suas funções de transmissora das tradições, ela pode incentivar a mudança social, desde que se oriente para as mesmas direções que as das tendências sociais dominantes. Além disto, na sociedade moderna, a influência da escola se reforça pelo esvaziamento de funções dos grupos primários e pelo enfraquecimento do sentido comunitário da vida.

Para Mannheim, "a escola é uma sociedade transitória cujas funções primordiais se relacionam com o preparo dos indivíduos para a vida social, seja ajustando-os aos seus papéis nos grupos secundários, seja ajustando-os às condições de convivência nos grupos primários."¹²

Porém, mais do que a escola, é a própria vivência social que educa. "Escreve Mannheim ser das mais positivas aquisições de nossos tempos a descoberta da preponderância crescente da educação social sobre a formal e a constatação de que um contexto social em processo de transformação apresenta decisivo significado educativo" (Foracchi, 1960, p. 38). Isto pode ser melhor entendido quando se pensa que todas as organizações institucionais exercem funções educativas que são de alguma forma coordenadas por causa do relacionamento hierárquico entre tais organizações (Mannheim, 1951, p. 173). Uma vez que é no próprio desenrolar do processo interativo que o indivíduo assimila ensinamentos, a educação se identifica a um processo de socialização constante que vai muito além da socialização da criança nos grupos primários. Em situações de mudança intensa, as funções educativas extravasam os limites das instituições para penetrar o de grupos e processos ainda fluidos, e seu significado passa a ser o de uma ressocialização.

De acordo com Mannheim, nas sociedades modernas uma nova dimensão do processo educacional se acrescenta às demais: as técnicas de condicionamento psicológico e a propaganda em geral. Quando encarados positivamente tais recursos se apresentam como uma nova possibilidade no campo da educação das massas. Por isto não devem ser desprezados mais simplesmente utilizados como instrumentos do planejamento. "Da mesma forma, não se deve ignorantemente criar oposição a estas novas técnicas por considerá-las meramente como propaganda. Não devemos julgá-las puramente do ponto de vista uma cultura de minoria, que produziu, por um lado, uma pequena elite, tolerando, de outro lado, o fato de que as massas devessem permanecer na ignorância. A moderna técnica social constitui uma necessidade vital para toda grande sociedade industrial. (...) A invenção de uma técnica planejada para influenciar o comportamento humano oferece alguma esperança

da libertação do caos em que o lar, a igreja e a escola estão perdendo o poder de impressionar, embora deva ser admitido que em sua presente forma esta técnica ainda é apenas um paliativo. (...) Seu efeito depende em grande parte da finalidade para a qual é usada" (Mannheim, 1960, p. 260).

Que tais técnicas podem ser incorporadas à experiência educacional planejada, sendo coordenadas a outros recursos de pressão social, foi evidenciada, segundo Mannheim, pela experiência soviética de transformação de camponeses em trabalhadores industriais urbanos (Mannheim, 1960, p. 256-7). Para o autor, essa experiência, apesar de totalitária, foi racional porque correspondeu a uma necessidade real da coletividade. Mesmo assim, em regimes autoritários, os meios de comunicação de massa se caracterizam como arma eficaz de dominação.

f) Sociologia da educação e sociologia do conhecimento

A aplicação da sociologia do conhecimento à sociologia da educação torna, entretanto, Mannheim consciente de que a ação educacional promovida pela sociedade através do Estado está imbuída daqueles fins e conteúdos ideológicos defendidos pela classe dominante. Seria preciso libertá-la disto para que realmente pudesse cooperar na "reconstrução social" democrática e libertária.

A solução desse impasse identifica-se, em última análise, ao equacionamento do problema da viabilização do planejamento democrático. Cabe acompanhar, portanto, as tentativas do autor nesse sentido.

g) Como criar o planejamento democrático?

A proposta de solução apresentada por Mannheim tem caráter duplo ou bipartido. A esse respeito, é preciso lembrar que suas condições teóricas acerca do planejamento aqui analisadas foram escritas em duas etapas muito diferentes de sua vida, uma na Alemanha e a outra na Inglaterra¹³. Na verdade, a indagação que encima o presente tópico desdobra-se para ele em duas questões:

— como conseguir o planejamento democrático em sociedades já mergulhadas no autoritarismo, que nunca tiveram, ou apenas experimentaram rápida e superficialmente, o gozo da democracia?

— como garantir que o planejamento se instaure e se desenvolva democraticamente em sociedades que mostram sinais de massificação, mas nas quais amplas cama-

¹² Mannheim, apud Foracchi, 1960, p. 41.

¹³ Em Mannheim, 1960. Acknowledgements, o autor esclarece que o livro foi refundido em sua edição inglesa e adverte que suas conclusões foram alteradas pela vivência na Inglaterra, havendo por isto possibilidades de contradições entre as posições que assume nos diferentes ensaios.

das da população já participam tradicionalmente do controle do poder estatal?

Em ambas as circunstâncias uma coisa parece certa a Mannheim: o planejamento será iniciado e conduzido por uma minoria, dados o preparo intelectual e a ousadia requeridos pela tarefa, assim como a urgência e a dimensão impositiva que ela envolve.

No primeiro caso, Mannheim faz repousar todas as suas esperanças numa elite "esclarecida", com arrojo político para se organizar, reivindicar e assumir o poder, com amplas perspectivas intelectuais para identificar os interesses da coletividade e, com lucidez suficiente para se aperceber de que estes se impõem a objetivos partidaristas, incluindo-se aí os seus próprios.

Aquilo que tenderia a levar essa elite a tal tipo de consciência seria sua percepção da ameaça iminente da barbárie ou de destruição geral pela guerra. Mas Mannheim abre-se a tal otimismo também por acreditar que essa *intelligentzia* é portadora de características sociais que lhe permitiriam assumir posições de síntese tanto nas questões ideológicas como nas lógicas (Mannheim, 1956). Não constituindo uma classe, mas sendo recrutada em várias delas, a *intelligentzia* não se encontraria acima das classes mas "entre" as mesmas. É por isto que poderia ser sintética e não apenas eclética. Ao mesmo tempo, nada a impediria de se identificar a uma das classes quando esta defender interesses benéficos à sociedade como um todo. A essa elite caberia, através do planejamento, educar politicamente as massas para que estas fossem paulatinamente levadas a participar do processo de planejamento.

No segundo caso, a tarefa do planejador seria mais preventiva do que curativa. Caber-lhe-ia salvaguardar o pluralismo democrático e evitar a massificação. Garantiria, dessa maneira, o controle do controle, de tal forma que os objetivos do planejamento pudessem ser constantemente redefinidos segundo a vontade popular, manifesta através de seus órgãos representativos. Aos grupos de planejamento ficaria, entretanto, assegurado o direito de coordenar as forças sociais, de forma a regulamentar a competição e o conflito, neutralizando, assim, seus aspectos disruptivos.

CRÍTICAS A MANNHEIM

As críticas a Mannheim poderiam ser traçadas de vários ângulos. Poder-se-ia, por exemplo, questionar seu postulado da irracionalidade das massas e principalmente sua interpretação de que o irracionalismo da sociedade moderna deriva da participação prematura na arena política. Poder-se-ia, também, discutir o pavor de Mannheim ante o conflito de classes e suas conclusões de que o mesmo, se não regulamentado, levará necessariamente ao retrocesso da civilização ou à destruição de toda a vida social.

Entretanto, a questão que parece mais significativa, porque gera uma crítica mais inclusiva, é a indagação do tipo de conhecimento a que leva o nível de generalidade em que Mannheim desenvolve sua análise. Pois, ao

mesmo tempo em que se refere a uma situação histórica concreta — crise do liberalismo, países industrialmente avançados, sociedades em massificação — ela é desenvolvida em uma escala de abstração que ofusca a percepção tanto da natureza capitalista das nações e sociedades tratadas, como das diferenças e especificidades dos grupos que estão vivendo e construindo esse momento histórico. Assim, ao se referir a "elites" e "massas", Mannheim não só contorna o problema de definir as classes atuantes na situação histórica considerada, como acaba por englobar nessas categorias frações de classe que definem e redefinem conjuntamente seus alinhamentos e alianças políticos, desde que, naturalmente, os mesmos não se contraponham abertamente aos seus interesses de classe.

Disto decorre uma falta de perspectivas para compreender o comportamento coletivo "de fato", com o conseqüente desvio da análise do campo propriamente sociológico para aquele das propostas normativas da filosofia social. Na verdade, além de formular um diagnóstico da inevitabilidade do planejamento social para as sociedades contemporâneas, Mannheim constrói uma utopia — a da sociedade democraticamente planejada — na esperança de que ela seja capaz de converter grupos com poderes de atuação de alcance societário.

Sua posição resvala, pois, para o idealismo. Idéias desvinculadas das relações sociais concretas que lhes dão origem, ao serem tomadas como bandeira por determinados grupos, seriam capazes de moldar o curso da história. Desse ângulo o planejamento democrático de Mannheim não pode deixar de ser visto mais como uma aspiração do autor do que como uma possibilidade concreta que o mesmo pode detectar na realidade social.

Na verdade, cabe questionar mais profundamente suas posições, indagando-se até que ponto uma elite, como a *intelligentzia*, pode encarnar a consciência social, descobrindo em meio aos conflitos de classe aquilo que seria bom para a sociedade como um todo. Ou seja, até que ponto a *intelligentzia* teria condições de libertar o planejamento das injunções do poder econômico, ou mesmo de chegar ao poder sem seu auxílio? A experiência do mundo de hoje, tanto no sistema capitalista como no socialista, é a de que a elite intelectual se vende, se amolda ou se identifica ao poder. Além disto, nenhum grupo social, enquanto não organizado em termos de classe, lutando por determinados interesses, tem condições de dominar o Estado. Não constituindo uma classe, como reconhece Mannheim, a *intelligentzia* só pode ascender politicamente através de compromissos com determinadas classes.

Restar-lhe-ia, então, aliar-se a uma classe em ascensão, cujo interesse representasse (ao menos momentaneamente) aquele do conjunto da sociedade para poder ter uma atuação democrática no planejamento? Mesmo neste caso caberiam certas ressalvas. A precariedade das alianças de classe nas revoluções burguesas européias ou a própria experiência brasileira do desenvolvimentismo levam a duvidar que alianças desse tipo possam, em si, representar compromissos com a democracia. Nas sociedades de classe (e é bom não esquecer que estas não têm sido destruídas de um só golpe, renascen-

do das revoluções contemporâneas) os interesses sociais básicos necessariamente se definem na linha da oposição entre as classes. Daí a dificuldade de tais sociedades comportarem um consenso autêntico. A aliança com os dominantes poderá, então, constituir, quando muito, um recurso tático mas nunca uma estratégia de transformação.

Deste ângulo, o conflito social aparece menos como uma ameaça à vida em sociedade, como coloca Mannheim, do que como uma necessidade vital às sociedades de classe. Na impossibilidade de se constituir uma elite esclarecida e descompromissada de interesses particularistas, pretender regulamentar o conflito de cima, a partir do Estado, significa subordinar aos desejos de uma só classe os destinos de toda a sociedade. Afirmando-se como elemento de garantia da substituição de grupos e classes no poder, o conflito social constitui-se, na verdade, no substrato da mudança e da democratização social.

A TEORIA DE MANNHEIM ANTE A SITUAÇÃO BRASILEIRA

A experiência de planejamento acumulada no Brasil desde a década de trinta diz respeito sobretudo à interferência governamental sobre as relações econômicas e apenas subsidiária e setorialmente ao campo especificamente social. Qual seria, portanto, a validade das idéias de Mannheim, concentradas sobre o conteúdo social do planejamento, perante a situação brasileira?

Este problema fica resolvido quando se recorda e se aprova a concepção do autor sobre a interdependência das várias esferas da vida social. Esse ponto evidencia que não existe planejamento econômico que não seja, necessariamente, planejamento social. Isto não apenas

porque a atuação sobre as atividades econômicas repercute sobre outros setores da vida social; mas também porque essa atuação depende dos mesmos para brotar enquanto proposta e se encaminhar enquanto procedimento efetivo. Pois as propostas de regulamentação econômica exigem, de um lado, grupos que as encabeçam e defendam e, por outro, sujeitos aos quais se aplicam.

Além disto, não se pode deixar de ter em mente que a formulação, bem como a aplicação, de planos envolve necessariamente opções guiadas por valores. Como já se viu na crítica a Mannheim, o planejamento não pode pretender realizar objetivos da coletividade como um todo. Ele sempre privilegiará certos grupos em detrimento de outros. O que significa que acaba gerando tensões aparentes ou latentes que têm de ser resolvidas de alguma forma. Por isso, o planejamento não apenas é uma forma de controle social, como postula Mannheim; ele também *repousa* sobre o controle, isto é, encontra neste uma sua condição essencial.

Mesmo que às vezes — como bem se sabe na sociedade brasileira — esse controle atinja as raízes da violência física, para os grupos que lideram o Estado e, portanto, o planejamento, é muito menos desgastante em termos políticos recorrer a formas mais sutis de pressão. Daí toda a importância do preparo psicológico dos sujeitos, em termos de uma ideologia legitimadora das escolhas e da ação estatal. Quando essa ideologia não se forma de modo mais ou menos espontâneo, o que vale dizer, quando as camadas dominantes não são bem sucedidas em montar um esquema de atuação em que aparentemente se integrem alguns interesses das classes subordinadas, necessário se torna criar, com técnicas eficientes como a propaganda, as bases da legitimidade da ação governamental.

E esta parece ser uma dimensão pouco estudada do planejamento no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRIGGS, Asa. Economic interdependence and planned economies. In: THE NEW Cambridge modern history. Cambridge, University Press, s.d. t. XII, p. 504.
- DOBB, Maurice. *Studies in the development of capitalism*. New York, International Publishers, 1963. cap. VII e VIII.
- DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. 5.ed. São Paulo, Melhoramentos, s.d.
- FERNANDES, F. As publicações póstumas de Karl Mannheim. In: _____, *Ensaio de sociologia geral aplicada*. São Paulo, Pioneira, 1960: 0.391-408.
- FORACCHI, M.M. Educação e planejamento. *Boletim da Fac. Fil. Cien. Letras USP*, (252) 1960.
- GALBRAITH, J.K. *The new industrial state*. Boston, Houghton Mifflin, 1967.
- MANNHEIM, Karl. *Freedom, power and democratic planning*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1951.
- _____. *Essays on the sociology of knowledge*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1952.
- _____. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro, Globo, 1956.
- _____. *Ensayos de sociologia de la cultura*. Madrid, Aguillar, 1957.
- _____. *Essays on sociology and social psychology*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1959.
- _____. *Man and society in a age of reconstruction*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1960.
- _____. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- _____. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- _____. *An introduction to the sociology of education*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1962.